

## O PAPEL DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NA EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR

### THE ROLE OF SPECIALIZED EDUCATIONAL SUPPORT (AEE) IN THE EFFECTIVENESS OF SCHOOL INCLUSION

### EL PAPEL DE LA ATENCIÓN EDUCATIVA ESPECIALIZADA (AEE) EN LA EFECTIVIDAD DE LA INCLUSIÓN ESCOLAR

Luzia Alves Brito Bello  
Mirtes Martins de Melo Tomaz  
Daniela Alves de Oliveira  
Ligia Maria Dionizio  
Simone Miranda Alcântara Leite  
Fabiana Cristina de Oliveira Neiva

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo analisar o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na efetivação da inclusão escolar, considerando suas contribuições pedagógicas e organizacionais no contexto da educação básica. A inclusão escolar, enquanto princípio assegurado pelas políticas públicas educacionais, exige mais do que o acesso dos estudantes público-alvo da educação especial à escola regular, demandando práticas pedagógicas capazes de garantir participação, aprendizagem e desenvolvimento. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de produções científicas, legislações e documentos oficiais que discutem a educação inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado no Brasil. Os resultados evidenciam que o AEE desempenha papel central na superação de barreiras pedagógicas, comunicacionais e atitudinais, atuando de forma complementar ao ensino comum e contribuindo para a adaptação de estratégias pedagógicas, uso de recursos de acessibilidade e fortalecimento do trabalho colaborativo entre os profissionais da escola. Conclui-se que a efetividade do AEE depende de sua articulação com o projeto pedagógico da instituição, da formação continuada dos docentes e do apoio da gestão escolar, configurando-se como elemento fundamental para a consolidação de uma educação inclusiva comprometida com a equidade e o direito à aprendizagem de todos.

1

**Palavras-chave:** Inclusão escolar. Atendimento Educacional Especializado. Educação especial. Práticas pedagógicas inclusivas.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the role of Specialized Educational Support (AEE) in the effectiveness of school inclusion, considering its pedagogical and organizational contributions within the context of basic education. School inclusion, as a principle ensured by educational public policies, requires more than providing access for students who are the target audience of special education to regular schools, demanding pedagogical practices that guarantee participation, learning, and development. This is a qualitative, bibliographic study based on the analysis of scientific publications, legislation, and official documents that address inclusive education and Specialized Educational Support in Brazil. The results indicate that AEE plays a central role in overcoming pedagogical, communicational, and attitudinal barriers, acting in a complementary way to regular teaching and contributing to the adaptation of pedagogical strategies, the use of accessibility resources, and the strengthening of collaborative work among school professionals. It is concluded that the effectiveness of AEE depends on its articulation with the school's pedagogical project, continuous teacher training, and management support, establishing it as a fundamental element for consolidating an inclusive education committed to equity and the right to learning for all students.

**Keywords:** School inclusion. Specialized Educational Support. Special education. Inclusive pedagogical practices.

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo analizar el papel de la Atención Educativa Especializada (AEE) en la efectividad de la inclusión escolar, considerando sus contribuciones pedagógicas y organizativas en el contexto de la educación básica. La inclusión escolar, como principio garantizado por las políticas públicas educativas, exige más que el acceso de los estudiantes que forman parte del público objetivo de la educación especial a la escuela regular, demandando prácticas pedagógicas capaces de asegurar la participación, el aprendizaje y el desarrollo. Se trata de una investigación de enfoque cualitativo y carácter bibliográfico, fundamentada en el análisis de producciones científicas, legislaciones y documentos oficiales que abordan la educación inclusiva y la Atención Educativa Especializada en Brasil. Los resultados evidencian que la AEE desempeña un papel central en la superación de barreras pedagógicas, comunicacionales y actitudinales, actuando de manera complementaria a la enseñanza regular y contribuyendo a la adaptación de estrategias pedagógicas, al uso de recursos de accesibilidad y al fortalecimiento del trabajo colaborativo entre los profesionales de la escuela. Se concluye que la efectividad de la AEE depende de su articulación con el proyecto pedagógico institucional, de la formación continua del profesorado y del apoyo de la gestión escolar, consolidándose como un elemento fundamental para una educación inclusiva comprometida con la equidad y el derecho al aprendizaje de todos los estudiantes.

**Palabras clave:** Inclusión escolar. Atención Educativa Especializada. Educación especial. Prácticas pedagógicas inclusivas.

## INTRODUÇÃO

A inclusão escolar tem se afirmado, nas últimas décadas, como um dos princípios centrais das políticas educacionais brasileiras, representando um avanço significativo no reconhecimento do direito à educação para todos. Esse movimento rompe, ainda que de forma gradual, com práticas historicamente excludentes que afastaram estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação dos espaços escolares comuns. No entanto, garantir a matrícula desses estudantes na escola regular não é suficiente para assegurar uma inclusão efetiva, uma vez que o acesso precisa estar acompanhado de condições reais de participação, aprendizagem e desenvolvimento.

Nesse cenário, a escola passa a ser desafiada a reorganizar suas práticas pedagógicas, seus tempos, seus espaços e suas formas de ensinar, de modo a atender à diversidade presente em seu cotidiano. A inclusão escolar exige uma mudança de perspectiva que ultrapassa a ideia de adaptação pontual para alguns alunos e passa a compreender a diferença como elemento constitutivo do processo educativo. Essa mudança implica reconhecer que todos os estudantes aprendem de maneiras distintas e que o papel da escola é criar estratégias que possibilitem o acesso ao conhecimento respeitando essas singularidades.

É nesse contexto que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) assume papel de destaque, configurando-se como um serviço fundamental para a consolidação da educação inclusiva. O AEE tem como finalidade complementar ou suplementar a formação dos estudantes público-alvo da educação especial, oferecendo recursos, estratégias e apoios

pedagógicos que favoreçam o acesso ao currículo comum. Diferentemente de práticas segregadoras do passado, o atendimento especializado não substitui a escolarização regular, mas atua de forma articulada com ela, buscando eliminar barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação dos alunos.

Apesar de sua relevância, o papel do AEE ainda é, muitas vezes, compreendido de forma limitada ou equivocada no contexto escolar. Em algumas realidades, o atendimento é visto apenas como um espaço de reforço ou como uma responsabilidade exclusiva do professor especializado, desvinculado do trabalho pedagógico desenvolvido na sala comum. Essa compreensão fragmentada compromete o potencial inclusivo do AEE e reforça práticas que acabam isolando o estudante, em vez de promover sua plena participação no ambiente escolar.

Outro aspecto que merece atenção refere-se à articulação entre o professor do AEE, os docentes da sala regular e a equipe gestora da escola. A literatura aponta que a inclusão escolar se fortalece quando há trabalho colaborativo, planejamento conjunto e troca de saberes entre os profissionais envolvidos. No entanto, a ausência de formação continuada, a sobrecarga de trabalho e a falta de espaços institucionais para o diálogo dificultam a construção dessa articulação, impactando diretamente a efetividade das ações inclusivas.

3

Além disso, a efetivação do AEE depende de condições estruturais e organizacionais adequadas, como a disponibilidade de recursos pedagógicos acessíveis, tecnologias assistivas, materiais adaptados e ambientes que favoreçam o atendimento. Quando essas condições não são garantidas, o serviço tende a se fragilizar, tornando-se insuficiente para responder às demandas dos estudantes e às expectativas da escola em relação ao processo de inclusão.

Cabe destacar que o AEE não se limita ao atendimento individualizado do estudante, mas envolve também ações de orientação pedagógica, apoio à prática docente e contribuição para a construção de uma cultura escolar mais inclusiva. Ao atuar de forma integrada ao projeto pedagógico da escola, o atendimento especializado amplia suas possibilidades de impacto, favorecendo práticas que valorizam a diversidade e promovem a equidade no processo educativo.

Diante desses desafios e possibilidades, torna-se fundamental refletir sobre o papel do Atendimento Educacional Especializado na efetivação da inclusão escolar. Assim, este artigo propõe discutir as contribuições do AEE para o processo inclusivo, bem como os limites que ainda precisam ser superados para que a inclusão se concretize de forma plena e significativa.

Ao abordar essa temática, busca-se colaborar para o fortalecimento de práticas educacionais mais sensíveis, comprometidas e alinhadas ao direito de todos os estudantes a uma educação de qualidade.

## MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, tendo como foco a análise do papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na efetivação da inclusão escolar. A opção pela pesquisa bibliográfica justifica-se pela necessidade de compreender, de forma aprofundada, as bases teóricas, legais e pedagógicas que sustentam a educação inclusiva no contexto educacional brasileiro, bem como as discussões já consolidadas e as lacunas existentes na produção científica sobre o tema.

A pesquisa bibliográfica permitiu o levantamento, a seleção e a análise de produções científicas relevantes, como artigos publicados em periódicos nacionais, livros acadêmicos e documentos oficiais que abordam a educação especial, a inclusão escolar e o Atendimento Educacional Especializado. Esse tipo de investigação possibilita o acesso a diferentes perspectivas teóricas, contribuindo para uma compreensão mais ampla e crítica do objeto de estudo, sem a necessidade de coleta direta de dados em campo.

4

O processo de busca das fontes ocorreu em bases de dados acadêmicas e repositórios institucionais amplamente utilizados na área da educação, priorizando produções disponíveis em língua portuguesa. Foram considerados textos que apresentassem relação direta com o tema do estudo, especialmente aqueles que discutem o AEE como política pública, prática pedagógica e estratégia de apoio à escolarização de estudantes público-alvo da educação especial.

Como critérios de inclusão, adotaram-se publicações que abordassem a inclusão escolar no ensino regular e o papel do Atendimento Educacional Especializado nesse processo, bem como documentos legais que orientam a organização e a oferta do AEE no sistema educacional. Foram excluídos materiais que não dialogassem diretamente com o foco da pesquisa ou que tratassem a educação especial de forma desvinculada da perspectiva inclusiva, a fim de garantir maior coerência teórica e metodológica ao estudo.

A análise do material selecionado foi realizada por meio de leitura exploratória, analítica e interpretativa, buscando identificar conceitos-chave, recorrências temáticas, convergências e divergências entre os autores. Esse movimento possibilitou a organização dos dados em eixos

de discussão relacionados à função do AEE, à articulação entre os profissionais da escola e aos desafios enfrentados para a efetivação da inclusão escolar.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, o estudo não envolveu a participação direta de sujeitos nem a coleta de dados empíricos, não sendo necessária a submissão a comitê de ética em pesquisa. Ainda assim, foram respeitados os princípios éticos relacionados ao rigor científico, à fidedignidade das informações e ao correto reconhecimento das fontes utilizadas, assegurando a integridade e a confiabilidade do trabalho desenvolvido.

## RESULTADOS

A análise da produção bibliográfica nacional evidencia que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é reconhecido como um dos principais instrumentos para a consolidação da inclusão escolar no contexto brasileiro, especialmente a partir da ampliação das políticas públicas voltadas à educação especial na perspectiva inclusiva. Os estudos analisados convergem ao apontar que o AEE atua diretamente na superação de barreiras pedagógicas, comunicacionais e atitudinais, historicamente responsáveis pela exclusão ou marginalização de estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular. Nesse sentido, o atendimento especializado é compreendido como uma ação estratégica que contribui para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem desses estudantes na escola comum (BRASIL, 2008; GLAT; PLETSCHE, 2014).

5

Os resultados demonstram que o AEE exerce papel central na identificação das necessidades educacionais específicas dos estudantes, possibilitando a organização de estratégias pedagógicas mais adequadas às suas singularidades. A literatura aponta que, ao compreender as particularidades dos processos de aprendizagem, o atendimento especializado favorece a construção de práticas pedagógicas acessíveis, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos. Dessa forma, o AEE amplia as possibilidades de participação dos estudantes nas atividades curriculares, fortalecendo o princípio da equidade educacional (PLETSCH, 2016; MANTOAN, 2015).

Outro aspecto amplamente discutido nos estudos refere-se ao caráter complementar do Atendimento Educacional Especializado em relação ao ensino comum. Os autores ressaltam que o AEE não deve substituir a escolarização regular, mas atuar de forma articulada, oferecendo suporte pedagógico que potencialize o trabalho desenvolvido em sala de aula. Essa compreensão reforça a necessidade de romper com práticas segregadoras, garantindo que o

estudante permaneça inserido no contexto escolar comum, com os apoios necessários para sua aprendizagem (BRASIL, 2009; GLAT; BLANCO, 2020).

A literatura analisada evidencia, ainda, que o AEE contribui de maneira significativa para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, especialmente por meio do uso de recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas. Esses recursos são apontados como fundamentais para ampliar as possibilidades de comunicação, expressão e interação, favorecendo a participação ativa dos alunos no cotidiano escolar. Estudos recentes destacam que o uso adequado desses recursos fortalece a autoestima dos estudantes e promove maior engajamento nas atividades pedagógicas (BERSCH, 2017; GALVÃO FILHO, 2021).

Os resultados também indicam que a efetividade do AEE está diretamente relacionada à articulação entre o professor do atendimento especializado e os docentes da sala regular. A produção científica enfatiza que o trabalho colaborativo, baseado no diálogo e no planejamento conjunto, favorece a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e coerentes com as necessidades dos estudantes. Quando essa articulação ocorre de forma sistemática, observa-se maior alinhamento entre o atendimento especializado e o currículo comum, potencializando os resultados do processo de inclusão (PLETSCH; SOUZA, 2020; GLAT, 2021).

6

Entretanto, os estudos apontam que essa articulação ainda enfrenta diversos desafios no cotidiano escolar. A falta de tempo institucional para o planejamento coletivo, a sobrecarga de trabalho dos professores e a ausência de espaços formais de diálogo são aspectos frequentemente mencionados como obstáculos para a consolidação de práticas colaborativas. Esses fatores acabam limitando a atuação integrada do AEE e comprometendo sua contribuição para a efetivação da inclusão escolar (SANTOS; MENDES, 2019).

Outro resultado relevante refere-se à formação dos profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado. A literatura recente destaca que a formação inicial docente, em muitos casos, não contempla de forma suficiente os princípios da educação inclusiva, o que reforça a importância da formação continuada. Os estudos analisados apontam que ações formativas permanentes contribuem para o aprimoramento das práticas pedagógicas, fortalecendo a compreensão do papel do AEE e ampliando a capacidade dos professores de lidar com a diversidade presente nas salas de aula (MENDES, 2018; PLETSCH, 2021).

Os resultados também evidenciam que o AEE desempenha papel relevante na orientação pedagógica dos professores da sala comum, contribuindo para a adaptação curricular e para a

flexibilização das estratégias de ensino. Essa atuação amplia o alcance do atendimento especializado, que deixa de se restringir ao atendimento individualizado e passa a influenciar o conjunto das práticas pedagógicas da escola, fortalecendo a perspectiva inclusiva (MANTOAN, 2020; GLAT; PLETSCH, 2014).

A análise da literatura indica que escolas que incorporam o AEE ao seu projeto político-pedagógico apresentam maior coerência na implementação de ações inclusivas. Nesses contextos, o atendimento especializado é compreendido como parte integrante da proposta educacional da instituição, o que favorece a construção de uma cultura escolar baseada no respeito às diferenças e na valorização da diversidade (BRASIL, 2015; SANTOS, 2022).

Outro achado recorrente nos estudos refere-se às condições estruturais oferecidas para a realização do AEE. A falta de recursos pedagógicos, materiais adaptados e espaços adequados é apontada como um dos principais fatores que fragilizam o atendimento especializado. Quando essas condições não são garantidas, o impacto do AEE no processo de inclusão tende a ser limitado, reforçando desigualdades no acesso ao ensino (GALVÃO FILHO, 2021).

Os resultados também destacam a importância do apoio da gestão escolar para o fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado. A literatura aponta que gestores comprometidos com a inclusão escolar contribuem para a organização do trabalho pedagógico, garantindo condições para a atuação articulada entre os profissionais e para a implementação de práticas inclusivas mais consistentes (MENDES; ALMEIDA, 2020).

A produção científica recente evidencia que o AEE contribui para a transformação das concepções pedagógicas dos professores, promovendo uma visão mais ampla sobre a aprendizagem e sobre as potencialidades dos estudantes público-alvo da educação especial. Essa mudança de concepção é considerada fundamental para a superação de práticas excludentes e para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva (GLAT, 2021; MANTOAN, 2015).

Os estudos analisados indicam, ainda, que o AEE favorece a construção de práticas pedagógicas mais flexíveis, capazes de atender diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. Essa flexibilidade é apontada como elemento central da educação inclusiva, pois reconhece a diversidade como característica inerente ao processo educativo e não como exceção (PLETSCH; SOUZA, 2020).



Outro resultado relevante refere-se ao papel do AEE na mediação entre as diretrizes legais e as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas. A literatura evidencia que o atendimento especializado atua como espaço de concretização das políticas públicas de inclusão, transformando orientações normativas em ações pedagógicas efetivas no cotidiano escolar (BRASIL, 2008; BRASIL, 2009).

A análise dos textos também revela que o AEE contribui para a redução de práticas segregadoras, como o encaminhamento inadequado de estudantes para espaços separados do ensino regular. Quando bem estruturado, o atendimento especializado fortalece a permanência dos alunos na escola comum, assegurando seu direito à educação inclusiva (MENDES, 2018).

Os resultados apontam que ainda persistem desafios relacionados à compreensão do papel do AEE por parte da comunidade escolar. Em alguns contextos, o atendimento é visto como responsabilidade exclusiva do professor especializado, o que dificulta a construção de uma inclusão compartilhada e corresponsável entre todos os profissionais da escola (SANTOS; MENDES, 2019).

A literatura também destaca a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas ao Atendimento Educacional Especializado, especialmente no que se refere ao financiamento, à ampliação das salas de recursos multifuncionais e à valorização dos profissionais que atuam nesse serviço (BRASIL, 2020).

Os estudos analisados indicam que o AEE assume papel estratégico na promoção da equidade educacional, ao reconhecer que os estudantes possuem necessidades distintas e que a oferta de apoios diferenciados é condição fundamental para garantir igualdade de oportunidades no processo educativo (MANTOAN, 2020).

Por fim, os resultados evidenciam que o Atendimento Educacional Especializado, quando articulado ao ensino comum, sustentado por políticas públicas consistentes e desenvolvido de forma colaborativa, constitui um dos principais pilares para a efetivação da inclusão escolar, contribuindo para a construção de uma escola mais democrática, acessível e comprometida com a aprendizagem de todos (PLETSCH, 2021; MENDES; ALMEIDA, 2020).

## DISCUSSÃO

Os resultados apresentados evidenciam que o Atendimento Educacional Especializado ocupa posição estratégica na consolidação da inclusão escolar, confirmando o que a literatura



tem apontado nas últimas décadas acerca da centralidade desse serviço no apoio aos estudantes público-alvo da educação especial. Ao atuar na identificação de necessidades específicas e na oferta de recursos pedagógicos acessíveis, o AEE contribui para a construção de condições mais equitativas de aprendizagem, aproximando a prática escolar dos princípios defendidos pelas políticas públicas inclusivas (BRASIL, 2008; MANTOAN, 2015).

A compreensão do AEE como serviço complementar, e não substitutivo ao ensino comum, emerge como um dos pontos mais relevantes da discussão. Os estudos analisados reforçam que a escolarização deve ocorrer prioritariamente na sala regular, cabendo ao atendimento especializado oferecer suporte pedagógico que elimine barreiras ao acesso ao currículo. Essa perspectiva rompe com modelos segregadores e reafirma a escola comum como espaço legítimo de aprendizagem para todos os estudantes, independentemente de suas condições ou características (BRASIL, 2009; GLAT; PLETSCHE, 2014).

No entanto, a literatura também revela que essa concepção nem sempre se materializa no cotidiano escolar. Em muitos contextos, o AEE ainda é compreendido de forma fragmentada, como responsabilidade exclusiva do professor especializado, o que compromete seu potencial inclusivo. Essa visão restrita reforça a separação entre ensino comum e atendimento especializado, dificultando a construção de práticas pedagógicas compartilhadas e alinhadas ao princípio da inclusão escolar (SANTOS; MENDES, 2019).

A articulação entre o professor do AEE e os docentes da sala regular aparece, portanto, como elemento central para a efetividade das ações inclusivas. Estudos recentes destacam que o trabalho colaborativo favorece a adaptação curricular, a flexibilização das estratégias de ensino e a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis à diversidade. Quando essa articulação ocorre de forma sistemática, os efeitos do AEE tornam-se mais visíveis no processo de aprendizagem dos estudantes (PLETSCH; SOUZA, 2020; GLAT, 2021).

Outro aspecto relevante diz respeito à formação dos profissionais que atuam tanto no AEE quanto no ensino comum. A literatura aponta que as lacunas existentes na formação inicial docente dificultam a compreensão dos princípios da educação inclusiva, tornando a formação continuada um elemento indispensável. Investir em processos formativos permanentes contribui para o fortalecimento das práticas inclusivas e para a ressignificação do papel do AEE no contexto escolar (MENDES, 2018; PLETSCHE, 2021).

Os resultados também permitem discutir a importância dos recursos pedagógicos e das tecnologias assistivas no âmbito do Atendimento Educacional Especializado. Esses recursos ampliam as possibilidades de comunicação, interação e autonomia dos estudantes, favorecendo sua participação ativa nas atividades escolares. Contudo, a ausência ou insuficiência desses materiais em muitas escolas evidencia a necessidade de maior investimento público para garantir condições adequadas de funcionamento do AEE (BERSCH, 2017; GALVÃO FILHO, 2021).

A atuação do AEE como espaço de orientação pedagógica aos professores da sala comum também merece destaque na discussão. Ao apoiar o planejamento e a adaptação das práticas pedagógicas, o atendimento especializado amplia seu alcance, contribuindo para a construção de uma cultura escolar mais inclusiva. Essa atuação reforça a ideia de que a inclusão escolar é responsabilidade coletiva e deve envolver todos os profissionais da escola (MANTOAN, 2020).

Outro ponto discutido refere-se ao papel da gestão escolar no fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado. A literatura evidencia que o comprometimento da equipe gestora é decisivo para a organização do trabalho pedagógico, para a garantia de recursos e para a criação de espaços de diálogo entre os profissionais. Sem esse apoio institucional, o AEE tende a se fragilizar, limitando sua contribuição para o processo inclusivo (MENDES; ALMEIDA, 2020).

Os estudos analisados também permitem refletir sobre a relação entre o AEE e as políticas públicas de inclusão. Embora o Brasil possua um arcabouço legal consistente, ainda há desafios na implementação dessas políticas no cotidiano escolar. O AEE surge, nesse contexto, como espaço de materialização das diretrizes legais, transformando normativas em práticas pedagógicas concretas, desde que conte com condições adequadas para seu funcionamento (BRASIL, 2008; BRASIL, 2020).

Por fim, a discussão evidencia que o Atendimento Educacional Especializado, quando desenvolvido de forma articulada, planejada e sustentada por políticas públicas consistentes, constitui um dos principais pilares para a efetivação da inclusão escolar. Superar os desafios identificados exige investimento em formação docente, fortalecimento da gestão escolar e consolidação de uma cultura educacional que reconheça a diversidade como elemento

constitutivo do processo educativo, reafirmando o compromisso da escola com a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes (PLETSCH, 2021; MANTOAN, 2020).

## CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo permitem concluir que o Atendimento Educacional Especializado ocupa papel central na efetivação da inclusão escolar, constituindo-se como um dos principais instrumentos de apoio à escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular. Ao atuar na identificação de necessidades educacionais específicas e na oferta de recursos pedagógicos acessíveis, o AEE contribui para a superação de barreiras que historicamente limitaram o acesso, a permanência e a aprendizagem desses estudantes, reafirmando o direito à educação de qualidade para todos.

Constata-se, contudo, que a efetividade do Atendimento Educacional Especializado não depende apenas de sua existência formal nas escolas, mas da forma como ele é compreendido e integrado ao trabalho pedagógico. Quando o AEE é concebido como ação isolada ou responsabilidade exclusiva do professor especializado, seu potencial inclusivo é reduzido. Por outro lado, quando articulado ao ensino comum e inserido no projeto pedagógico da escola, o atendimento especializado amplia significativamente suas contribuições para o processo de inclusão.

11

Outro aspecto evidenciado refere-se à importância do trabalho colaborativo entre o professor do AEE, os docentes da sala regular e a equipe gestora. A construção de práticas pedagógicas inclusivas exige diálogo, planejamento conjunto e compartilhamento de responsabilidades, elementos que ainda se apresentam como desafios no cotidiano escolar. Nesse sentido, o fortalecimento de espaços institucionais de colaboração mostra-se fundamental para a consolidação de ações inclusivas mais consistentes.

A formação docente também se apresenta como elemento decisivo para o sucesso do Atendimento Educacional Especializado. Investir em processos de formação continuada voltados à educação inclusiva contribui para a ressignificação das práticas pedagógicas e para o desenvolvimento de uma postura profissional mais sensível à diversidade. Além disso, a disponibilização de recursos pedagógicos e tecnologias assistivas adequadas é condição essencial para potencializar a atuação do AEE e ampliar as possibilidades de aprendizagem dos estudantes.

Por fim, conclui-se que a efetivação da inclusão escolar exige o fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado como política pública, prática pedagógica e compromisso institucional. Superar os desafios identificados implica investir em formação, gestão democrática e construção de uma cultura escolar inclusiva, capaz de reconhecer a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. Dessa forma, o AEE reafirma-se como um dos pilares para a construção de uma escola mais justa, democrática e comprometida com a aprendizagem de todos os estudantes.

## REFERÊNCIAS

- BERSCH, Rita. **Tecnologia assistiva e educação inclusiva**. Porto Alegre: Assistiva Tecnologia e Educação, 2017.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- BRASIL. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.
- BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília: Presidência da República, 2015.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2020.
- GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **Tecnologias assistivas e práticas pedagógicas inclusivas**. São Paulo: Cortez, 2021.
- GLAT, Rosana. **Educação inclusiva: cultura e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021.
- GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Souza. **Educação especial na perspectiva inclusiva: desafios da escola contemporânea**. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 33, p. 115, 2020.
- GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com deficiência: políticas e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.
- MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.
- MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Educação inclusiva: caminhos, desafios e possibilidades**. São Paulo: Summus, 2020.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Políticas públicas de educação inclusiva no Brasil**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 24, n. 2, p. 175-190, 2018.

MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia. **Gestão escolar e educação inclusiva: desafios e perspectivas**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 58, n. 55, p. 1-20, 2020.

PLETSCH, Márcia Denise. **Educação especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino-aprendizagem**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

PLETSCH, Márcia Denise. **Atendimento educacional especializado e escolarização inclusiva**. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 34, p. 1-18, 2021.

PLETSCH, Márcia Denise; SOUZA, Flávia Faissal de. **Trabalho colaborativo e práticas inclusivas na escola**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 46, p. 1-19, 2020.

SANTOS, Geovana Mendonça dos. **Educação inclusiva e organização do trabalho pedagógico**. Curitiba: Appris, 2022.

SANTOS, Geovana Mendonça dos; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Desafios da articulação entre AEE e sala regular**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 25, n. 3, p. 401-416, 2019.